

Crise do capital, políticas de cooperação e parcerias empresariais

Alisson Slider do Nascimento de Paula¹, Stephanie Barros Araújo², Ciro Mesquita de Oliveira³, Maria Luzirene Oliveira Nascimento⁴

Resumo

O presente trabalho analisa quais os mecanismos utilizados para persuadir a classe trabalhadora a acreditar no projeto do capital para a sociedade. As parcerias entre o público e o privado configuram-se como serviços oferecidos e passam a ser consideradas da esfera pública não estatal, descentralizando responsabilidades, diminuindo os gastos com a classe trabalhadora e repassando o que seria utilizado para as mãos dos empresários que terceirizam os serviços prestados. Considera-se que o investimento na formação de profissionais “capacitados” ao nível de compreender aquilo que a empresa exige é a pedra basilar nesse negócio lucrativo filantrópico. Todavia, essa iniciativa denota uma direção oposta aos interesses populares e emancipatórios.

Palavras-chave

Crise do capital. Políticas de cooperação. Parcerias empresariais.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará, Brasil; estágio pós-doutoral em Educação pela mesma instituição; professor do Centro Universitário Inta, Ceará, Brasil; coordenador do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED/UNINTA); membro do Grupo de Pesquisa e Estudos Trabalho, História, Educação e Artes (GPETHEA/URCA). E-mail: alisson.slider@yahoo.com.

² Doutoranda em Educação na Universidade Estadual do Ceará, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED/UECE); professora da rede municipal de educação de Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: stephaniebarros.araujo@gmail.com.

³ Doutorando em Educação na Universidade Estadual do Ceará, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED/UECE); professor da rede municipal de educação de Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: ciro.mesquita16@gmail.com.

⁴ Doutoranda em Educação na Universidade Estadual do Ceará, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED/UECE); professora da rede municipal de educação de Maracanaú, Ceará, Brasil. E-mail: luzireneoliva@gmail.com.

Capital crisis, business cooperation and partnership policies

Alisson Slider do Nascimento de Paula⁵, Stephanie Barros Araújo⁶, Ciro Mesquita de Oliveira⁷, Maria Luzirene Oliveira Nascimento⁸

Abstract

This paper seeks to analyze the mechanisms used to persuade the working class to believe in the project of capital for society. The partnerships between the public and the private sectors are configured as services offered and are now considered as part of the non-state public sphere, de-centralizing responsibilities, reducing expenditure on the working class and transferring money that would be used to the hands of business people who outsource the services provided. It is considered that the investment in training professionals “qualified” to understand what the company requires is the cornerstone of this lucrative philanthropic business. However, this initiative indicates a direction opposite to popular and emancipatory interests.

Keywords

Capital crisis. Cooperation policies. Business partnerships.

⁵ PhD in Education, State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; post-doctoral internship in Education at the same institution; professor at Inta University Center, State of Ceará, Brazil; coordinator of the Research Group on Educational Work and Policy (GPTPOED/UNINTA); member of the Research and Studies Group on Work, History, Education and Arts (GPETHEA/URCA). E-mail: alisson.slider@yahoo.com.

⁶ PhD student in Education, State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; member of the Research Group on Educational Work and Policy (GPTPOED/UECE); teacher at the municipal education network in Fortaleza, State of Ceará, Brazil. E-mail: stephaniebarros.araujo@gmail.com.

⁷ PhD student in Education, State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; member of the Research Group on Educational Work and Policy (GPTPOED/UECE); teacher of the municipal education network in Fortaleza, State of Ceará, Brazil. E-mail: ciro.mesquita16@gmail.com.

⁸ PhD student in Education, State University of Ceará, State of Ceará, Brazil; member of the Research Group on Educational Work and Policy (GPTPOED/UECE); teacher in the municipal education network in Maracanaú, State of Ceará, Brazil. E-mail: luzireneoliva@gmail.com.

Introdução

Houve uma época em que era conveniente, ao desenvolvimento do capitalismo, soltar da lâmpada o gênio que implacavelmente converte todas as coisas em mercadorias, muito embora esta façanha implicasse necessariamente o grande debilitamento e a definitiva desintegração das instituições religiosas, políticas e educacionais, que eram vitais para o mecanismo de controle da sociedade de classes. Hoje, contudo, o *status quo* estaria mais bem servido pela restauração de todas essas debilitadas e desintegrantes instituições de controle. De acordo com nossos críticos românticos, tudo estaria na mais perfeita ordem caso o gênio pudesse ser persuadido a retornar à sua lâmpada. O problema consiste, no entanto, em que ele não tem qualquer intenção de fazê-lo. Assim, nada mais resta aos nossos românticos, exceto se lamentar da perversidade do gênio e da insensatez dos seres humanos que o libertaram. (MÉSZÁROS, 2011, p. 997).

No presente trabalho, buscar-se-á analisar, com base nos estudos de Mézáros (2011), quais os mecanismos utilizados para persuadir a classe trabalhadora a acreditar no projeto do capital para a sociedade. A busca incessante por aglutinar indivíduos a serviço dos interesses de uma minoria social cresce rapidamente, principalmente quando o sistema ensaia colapsos sob a forma de crise. É nesse período que, contraditoriamente, o capitalismo adquire uma maior plenitude para a burguesia, visto que diversas estratégias são colocadas em prática para persuadir setores da classe trabalhadora. Mézáros (2011) sugere que os efeitos danosos da crise são sentidos por todos e sem exceção. Todavia, o trabalhador é o sujeito que mais sente; isso acontece porque, na pirâmide social, ele é quem está mais perto da linha de pobreza extrema. Os proprietários dos grandes meios de produção pouco sentem as mazelas. Parece que as crises alimentam mais a ganância do burguês por explorar. Não é difícil entender o porquê de o número de milionários aumentar nestes momentos.

A burguesia, não obstante ser representada pelo Estado, não o deseja por perto, a menos que, sob a ameaça de crise, ele possa defender os bens dos empresários e garantir que, através do aparato jurídico-político constituído pelo aparelho estatal, nada poderá tocar no patrimônio dela. Se, mesmo assim, o Estado não conseguir defendê-la, deve o governo garantir que todo o patrimônio perdido será recuperado, mesmo que, para isso, necessite alterar auxílios e benefícios voltados à classe trabalhadora.

A tese neoliberal advoga que o Estado não deveria ajudar os pobres, visto que ficariam mal-acostumados e iriam querer viver sob a tutela e a providência de seu beneficiador. Mas e os donos dos negócios que o neoliberalismo tanto tenta blindar? Poderiam eles sugar recursos do Estado para manterem seus luxos? Decerto, essa noção sugere que, quando o detentor das riquezas recorre ao Estado, é para o bem de todos, contudo, o pobre e trabalhador recorre ao

Estado porque ele se resume a alguém parasitário que, recebendo algum auxílio, tende a não querer mais contribuir para a “riqueza da nação”. Assim sendo, viverá esperando as migalhas que podem ser oferecidas a ele.

Em acréscimo, existe a narrativa em que o Estado não sabe manter as rédeas e é ineficiente, por isso, precisa do gerenciamento empresarial para “melhor” administrar a assistência dada à classe trabalhadora. No entanto, no modo de organização sócio metabólico do capital, as ações empreendidas pela elite empresarial resumem-se a um acordo de trocas, a um vocabulário que tem início, meio e fim no dinheiro. Nada é feito gratuitamente e a recompensa é o aumento dos benefícios que já recebem.

Como afirma Engels (2010):

Desconheço uma classe tão profundamente imoral, tão incuravelmente corrupta, tão incapaz de avançar para além do seu medular egoísmo como a burguesia inglesa – e penso aqui na burguesia propriamente dita, em particular a liberal, empenhada na revogação das leis sobre os cereais. Para ela, o mundo (inclusive ela mesma) só existe em função do dinheiro; sua vida se reduz a conseguir dinheiro; a única felicidade de que desfruta é ganhar dinheiro rapidamente e o único sofrimento que pode experimentar é perdê-lo. (ENGELS, 2010, p. 307).

A fala de Engels corresponde a uma Europa, mais especificamente, à Inglaterra do século XVIII. Malgrado, ela possui semelhança com o contexto contemporâneo brasileiro. Antes da chegada dos portugueses, o Brasil era habitado por povos que viviam regidos por um sistema que não era o comunismo, posto existirem grupos e hierarquias, mas pareciam viver de forma mais igualitária, respeitando a natureza e a própria existência do homem. Com a presença dos portugueses e de tantos outros europeus que vieram posteriormente, os indígenas que aqui viviam passaram a entender como idioma principal o dinheiro e o poder. Nada mudou desde a colonização do Brasil pelos portugueses, ou desde o período em que Engels e Marx, no século XIX, expuseram seus pensamentos sobre o sistema de metabolismo de capital, e o que vivemos em pleno século XXI. O único movimento existente é a renovação dos sujeitos que já estavam presentes no tabuleiro de xadrez.

Estado, crise estrutural e as parcerias público-privadas

Inúmeros são os mecanismos utilizados pelo capital para reprimir a ânsia que a classe explorada possui em mudar a própria situação socioeconômica. Para que isso aconteça, dentre as mais variadas formas que se manifestam, aqui interessa enfatizar as obstaculizações postas

na forma de parcerias entre o público e o privado, em que os serviços oferecidos passam a ser considerados da esfera pública não estatal, descentralizando responsabilidades, diminuindo os gastos com a classe trabalhadora e repassando o que seria utilizado para as mãos dos empresários, que terceirizam os serviços prestados. Tudo isso, endossado como benéfico e trazendo uma falsa ideia de que aquilo que é privado é melhor em relação ao que é público.

O Estado, como expressa o teórico inglês William Godwin, é legislado pelas elites e, sendo assim, a opressão é realizada por este setor. Cabe salientar que é econômico não construir prédios de qualidade para serem utilizados como escolas, hospitais, repartições, mas aplicar esses recursos em ambientes privatizados, fornecendo cotas para parte da classe trabalhadora, segregando o grupo entre os que são competentes/esforçados e os que preferem se manter na marginalidade ou não possuem competência. Na verdade, o privado não é melhor que o público. O que os difere são os interesses por trás do que se almeja. A prova material disso são as escolas liceu. Quando o ensino público era direcionado apenas àqueles que podiam ter tempo ocioso e dedicarem-se exclusivamente aos estudos, estes estabelecimentos eram considerados os melhores. Na medida em que a escola pública abre as portas para os filhos dos trabalhadores e os filhos dos empresários saem desse ambiente, tudo o que é remetido às instituições de ensino passa a ser de qualidade inferior, e a privatização do setor ganha espaço. A educação, por exemplo, passa a ser mais uma dentre as tantas mercadorias que o rico utiliza para continuar a alimentar sua ambição por dinheiro e poder.

Acerca do dilema que incide no controle social, Mészáros (2011) denota para dois conceitos que explicitam de forma dialética como funciona a defesa do capitalismo, criando apologias para contrapor as falhas que não têm respostas aceitáveis. Por meio da *tolerância reprimida* e da *tolerância repressiva* são erguidos limites nos sistemas sociais, que, de um lado, mostram-se incapazes de contentar a mudança social exigida no presente tempo histórico, e, de outro, fingem dar em partes o que é desejado. A *tolerância reprimida* compreende o desejo de um determinado fenômeno social em prol da maioria, no caso, a classe trabalhadora. Todavia, não se pode verbalizar tal aspiração. Com a *tolerância repressiva*, a fala é dada à classe, mas não é possível que haja mudança. É permitido ter consciência, o que não pode é partir para a prática. Como apagar um vulcão que está ensaiando entrar em erupção? Apaga-se o fogo com um extintor chamado lei. As regras sociais sob a figura de lei existem com o fundamento de oprimir os trabalhadores. Poucos são os que, mesmo com a ameaça de perderem a liberdade física, se arriscam a expor a liberdade de pensamento própria.

O que pode ser feito para reverter a atual tendência inflacionária? A primeira e imediata resposta é que o país deveria reconhecer a correção de uma *postura firme*. Qualquer pessoa, nas atuais *circunstâncias*, que reivindique mais que 10% estará contribuindo para um processo de autodestruição. Qualquer um que entre em greve porque não aceita 15% merece ser *repelido* com toda a força da sociedade, com *todo o poder do governo*. [...] *A primeira e a mais simples coisa a fazer consiste em começar derrotando as greves [!!!]*. As autoridades locais deveriam receber total apoio [incluindo tropas?], ao se recusarem a oferecer qualquer proposta, *mesmo no caso da greve se prolongar por meses*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 999, grifos do autor).

Em acréscimo, o autor supracitado destaca que o Estado intervém para a proteção da burguesia contra as exigências da classe trabalhadora. Em momento algum da História será possível identificar a repressão do burguês pelo seu empregado, pois existirá para a sociedade uma “justificativa plausível”. Ao lado do trabalhador, em alguns casos, nem a própria categoria o apoiará, seja pelo medo de represálias ou por já ter incorporado para si a ideologia burguesa de que a condição em que vive é fruto de sua determinação para mudança da realidade. O proletariado pode ser burguês, desde que tenha perseverança, esqueça de onde vem e passe a explorar os seus.

Ancorada nessas apologias, a classe dominante erige o discurso que será o centro de suas ações filantrópicas. Auxiliando tais iniciativas temos o Estado, que não será interventor, mas um parceiro que contribui por meio do investimento financeiro ou através da pacificação dos indivíduos. Dulany⁹ (*apud* IOSCHPE, 1997) observa correntes que favorecem e que complicam as parcerias governo/sociedade civil. Para a autora, de toda forma, o Estado necessita da sociedade civil, representada pelos empresários, com a finalidade de responder às questões sociais que atingem a classe trabalhadora. Diante disso, o governo somente possui duas estratégias: a) se opor à burguesia, medindo forças para saber quem tem mais poder. Nesta disputa, quem está como representante do Estado corre o risco de ser deposto, haja vista que, para controlar a situação, o empresariado finge manter um diálogo com os trabalhadores e advoga que todas as iniciativas tomadas pela burguesia privilegiarão a sociedade em geral. Obviamente, isso não é verdade, mas, as pessoas, em sua maioria, continuam a acreditar que existe humanização no capital. Nesta conjuntura, o governo se autopenitencia a negociar e a fazer os desejos da burguesia; b) assumir uma atitude favorável à inserção da “sociedade

⁹ Presidente e fundadora do Instituto *Synergos*. Foi consultora das Nações Unidas e da Fundação Ford na área de saúde e planejamento familiar no Brasil, Estados Unidos e Portugal, além de prestar consultoria ao *National Endowment for the Arts* em administração não-lucrativa e planejamento. Foi vice-presidente sênior da *New York Partnership* por cinco anos, na qual coordenou o programa *Youth Employment and Education*.

civil” nos campos sociais, admitindo publicamente que o Estado é incapaz de operar e financiar os programas sociais, por isso, precisa aceitar a oferta dos empresários, permitindo que os programas sejam geridos de forma “mais competente e a custos mais eficazes”. O que está por detrás da cortina dessa encenação é a vontade que a burguesia tem de o Estado deixar que ela injete suas ideologias burguesas e possa encenar na História dos homens os papéis de “bons moços”, quando, na verdade, sabemos que eles são os bandidos.

Nesse itinerário analítico, é válido fazer a seguinte observação: em algum momento no cenário político brasileiro houve um representante da população que conseguiu se eleger como presidente? Num primeiro momento poder-se-ia dizer que sim. O ex-presidente Lula foi sindicalista, pertencente à classe operária e a figura que mais poderia entender o que a população necessitava. Contudo, este mesmo presidente somente se elegeu depois de muitas tentativas e tendo como preço constituir alianças com setores empresariais de diversos ramos, condicionando um transformismo político que abalou seus princípios de classe (DE PAULA, 2017). Logicamente, essa renúncia da classe não foi explícita, afinal, para estar no poder, burguesia e Estado precisam da população. O Estado é a *mãe dos ricos e a madrasta malvada dos pobres*. Depois que a burguesia impõe sua presença pelas palavras e/ou pela força, um dos motivos para defender a parceria público-privada está em,

pelo menos algumas dentre as multi e as bilaterais começaram recentemente a dar-se conta da importância da sociedade civil na resolução de impasses sociais, e tendem agora a apoiar os esforços da sociedade civil para ser encarada como legítima parceira do governo. Mais empresas privadas e oficiais estão financiando grupos existentes na sociedade civil. E algumas multinacionais, quando seus estatutos exigem que tais financiamentos devam ocorrer com o consentimento dos governantes, estão exercendo pressão junto aos governantes para que estes aquiesçam em que se transmitam fundos para as organizações da sociedade civil, porque essas multinacionais acreditam que alguns programas podem ser assim melhor executados. (DULANY *apud* IOSCHPE, 1997, p. 66).

No Brasil, a antropóloga e ex-primeira dama Ruth Cardoso foi diretora da instituição Comunidade Solidária. Esse tipo de organização trabalha em favor de colaborar principalmente com a “sociedade civil” e serve como “mecanismo de ponte” para facilitar parcerias realizadas entre o público e o privado. Dulany (*apud* IOSCHPE, 1997, p. 67) aponta que, a despeito da inserção do terceiro setor não ter tido uma consulta em grande parte nacional, a presença da instituição gerida por Ruth Cardoso forneceu subsídios para uma maior cooperação destas empresas no futuro que hoje é o nosso presente. O Banco Interamericano de Investimento (BID) foi um grande financiador da Comunidade Solidária,

que se prontificou a repassar essas verbas a programas que estavam dispostos a oferecer serviços à comunidade. Entendemos, assim, que o ataque ao setor público se origina dos campos em que o capitalismo impera. Os países ditos desenvolvidos investem nos países em desenvolvimento como forma de explorar o mais-valor presente nos indivíduos que acreditam no voluntarismo. Nos lugares onde o capitalismo é o pilar, todos os tentáculos já foram expandidos, por isso, como uma erva daninha, precisa se expandir em espaços onde ainda não esteve. A prerrogativa para novas expansões gira em torno do desenvolvimento mundial, que, por sua vez, depende do desenvolvimento dos países como um todo. Contraditoriamente, ao passo em que se exige o desenvolvimento, espera-se que os indivíduos não cresçam o suficiente para perceber que são meros fantoches.

As organizações que funcionam como mecanismo de ponte são vistas como extremamente necessárias para a materialização do projeto capitalista. É através delas que mediações são estabelecidas e as diferenças setoriais e ideológicas no campo dos recursos, nível de poder e abordagens de problemas são solucionadas. Como características para serem consideradas organizações-ponte, o capital exige que elas tenham: I – Pluralidade e representatividade na composição de sua diretoria e/ou corpo de funcionários; II – Credibilidade junto a várias áreas, incluindo as bases pelas quais foram eleitas; III – Eficiência, capacidade administrativa e financeira para gerir e destinar grandes capitais; IV – Orientação para trabalhar em parceria; V – Capacidade de reunir diversos grupos em torno das mais variadas questões; VI – Potencial para capacitar os grupos menores. Fazer parte desta colaboração intersetorial é um empreendimento vantajoso para as organizações, já que seu reconhecimento e seus lucros se baseiam na imagem e no trabalho exercido por essa filantropia na forma de intercessão.

Uma ramificação das organizações do “terceiro setor” são as Organizações de Recursos da Sociedade Civil (CSRO). Segundo o Instituto Synergos, existiam, na década de 1990, oito organizações desse tipo no mundo, mais quatro foram incluídas e estão na América Latina: Fundación para la Educación Superior (FES) na Colômbia, Fundación Mexicana para el Desarrollo Rural (FMDR) no México, Fundación Esquel Ecuador (FEE) no Equador, Fundación Comunitaria de Puerto Rico. Apesar de, em geral, o “terceiro setor” estar vinculado à doação financeira de seus partícipes, alguns optam por manter sua natureza no fortalecimento da sociedade civil, tendo como base a pesquisa, defendendo caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento da estrutura jurídica e tributária do país. Fazem parte deste nicho: o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE) no Brasil, o Centro Mexicano para la Filantropia (CEMEFI) no México, e a Asociación Colombiana de Fundaciones. Estas

organizações podem ter também abrangência local e nacional, a exemplo, no Rio de Janeiro, com o Movimento Viva Rio¹⁰ e o Movimento Roda Vida¹¹.

No campo da aplicação direta do capital temos como organizações-ponte os bancos. Segundo Dulany (*apud* IOSCHPE, 1997), os bancos afirmam que com a inserção deles no “terceiro setor” há uma maior facilidade de adaptação dos mecanismos financeiros do mercado em direção ao desenvolvimento social e econômico. Não serão apenas os projetos que receberão incentivo financeiro dos empresários, mas a própria população, que terá uma ampliação de crédito, principalmente, os que estão em situação maior de pauperismo. O que os sujeitos dessa ação não levam em consideração é que sempre que o setor empresarial empresta seu capital, ele quer recebê-lo multiplicado, no entanto, quem está em situação de extrema pobreza pode pagar? Ao assinar este contrato, o trabalhador reafirma sua sentença de escravidão. Ao passo em que se busca estratégias de sobrevivência, tem-se como resultado a morte lenta pela dívida com o capital.

O sistema de metabolismo de capital assinala que,

Na medida em que houver maior interação e colaboração entre os setores, sem dúvida surgirão novas formas de organização econômica com função-ponte, como as franquias que geram empregos e negócios para as pequenas comunidades, ou as iniciativas que ajudam os grupos produtores locais a colocarem seus produtos no mercado de forma mais vantajosa. (DULANY *apud* IOSCHPE, 1997, p. 70).

No mesmo texto, a autora afirma que foi com o “braço firme” dos membros do FEE, oriundos do setor privado, que estes conseguiram impor suas atividades específicas, fazendo com que fossem realizadas orientadas por um método singular de trabalho. A questão não era apenas distribuir os recursos financeiros, mas convencer as lideranças locais a abrirem crédito para a população mais carente. Fazendo com que a população assuma compromissos e invista conjuntamente no capital local, grandes organizações internacionais garantem que a direção e a organização do país sejam operadas de acordo com seus princípios empresariais sólidos. Sem esforço e dedicação por parte dos trabalhadores, não existem louros para os exploradores.

Nesta conjuntura, o Estado, para Andrade¹² (*apud* IOSCHPE, 1997), passa a ser visto como a grande vedete do século 20, que se encolhe, encabulado ante os efeitos que causou.

¹⁰ Tem como bandeira agrupar diferentes setores econômicos e sociais em prol de melhorar a qualidade de vida na cidade.

¹¹ Pauta-se na reunião de grupos na defesa e criação de instrumentos para fazer cumprir os direitos das crianças e dos adolescentes.

Nessa acepção, é muito fácil culpabilizar o outro pelos seus erros. Se o Estado errou, o fez tentando jogar para debaixo do tapete social toda a sujeira que o sistema produziu na busca incessante por um maior número de glórias e seguidores.

Ao ler nas entrelinhas percebe-se que suas ludibriações consistem em perpetuar o discurso no qual

só o cidadão sabe o que quer para si, para sua família e para a sua comunidade. É ele que deve decidir sobre suas prioridades e, portanto, sobre a maneira como devem ser conduzidos os negócios da nação para permitir que elas se realizem. Quando dizemos “cidadão”, é evidente que queremos nos referir ao produto da interação entre os cidadãos da mesma comunidade, através do diálogo, do convencimento e de decisões conscientes que, mesmo erradas, podem ser corrigidas livremente no tempo. (ANDRADE *apud* IOSCHPE, 1997, p. 77).

Como Marx (2013) descortinou em *Sobre a questão judaica*, o cidadão nunca abrangeu o proletariado. Ser cidadão tem intrínseco ser burguês. Sob a lógica do sistema capitalista, ter cidadania oferece direitos e o trabalhador possui o direito apenas de vender sua força de trabalho, e não de exigir melhorias, afinal, para o burguês, comprar a força de trabalho daqueles que não têm os meios de produção é um grande favor. Ao mesmo tempo em que se fala em cidadania, separa-se os sujeitos em comunidades, isto é, a divisão da sociedade em classes denota um tipo de cidadania desigual para os sujeitos que a compõem. A interação pelo diálogo se dá no campo burguês entre os seus. Já quando se fala do proletariado, o diálogo passa a ter o cunho persuasivo, admitindo que, mesmo com a possibilidade do fracasso, o trabalhador deve confiar na burguesia para “solucionar” os problemas dele. A burguesia não pode solucionar a pobreza porque não interessa a ela. O que ela pode fazer é administrar para que a pobreza exista, sem interferir nas suas negociações e avanços mercadológicos.

Mészáros (2004), em *O poder da Ideologia*, apresenta que o Estado, diante de dois polos, capital e trabalhador, fornece para a visibilidade dos indivíduos apenas a estrutura legitimadora do “agente totalizador incontestado” e a “mão invisível”, mas não a substância que o faz. O Estado capitalista é a encarnação tangível e também o avalista da impossibilidade de existir alternativa ao sistema socioeconômico e político estabelecido, visando, ao final, um funcionamento tranquilo no processo geral de reprodução do capital.

¹² Roberto Paulo César de Andrade foi presidente executivo e chefe da BRASCAM – Brasil, presidente da Fundação BRASCAM e membro do Conselho Curador da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.

[...] a estabilidade do sistema, que nega qualquer alternativa não obstante suas contradições e desumanidades – é completamente invertida e projetada na tela da apologia ideológica como a *aprovação positiva* livremente exercida pelo desejo da soberania popular, do qual a “ordem democrática” deriva sua força e *justificativa*. (MÉSZÁROS, 2004, p. 500, grifos do autor).

Além disso, Mézáros (2011) salienta que a intervenção do Estado na economia limita-se a acelerar as contradições do capital em crise. Quanto mais ele intervém, maior a distorção estrutural e os colapsos definitivos nos mecanismos de produção se tornam evidentes. A crise estrutural que enfrentamos nunca foi passageira e a emergência do desemprego crônico é mais um elemento da bola de neve econômica. O problema que antes se restringia à difícil situação de não termos, no mercado, trabalhadores devidamente qualificados, abre espaço para a contradição: trabalhadores extremamente qualificados que, frente à crise, precisam encontrar fórmulas de sobreviver mantendo, em partes, seu *status social*.

Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade (MÉSZÁROS, 2011, p. 1005, grifos do autor).

Embora o “terceiro setor” fomente um discurso de absorver aqueles que vivenciam o “desemprego crônico”, através de mais cursos de aperfeiçoamento e transferência das áreas de atuação, nenhuma destas medidas controladoras exaure a tendência de, em longo prazo, todos os setores terem seus trabalhadores ameaçados pelas reverberações do capital em colapso. Mézáros (2011) explica que quando o capitalismo alcança um ponto de saturação em seu espaço e não consegue simultaneamente descobrir novos canais para expansão, seja na forma de imperialismo ou neocolonialismo, ele não tem alternativa, a não ser permitir que sua força de trabalho local sofra as graves consequências da degradação da taxa de lucro, no caso, o desemprego em massa. Isso explica a razão de a classe trabalhadora de alguns dos países da

Europa, por exemplo, tidos como os mais desenvolvidos no campo “pós-industrial”, estarem experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”.

Indo contracorrente do capital em crise, a sociedade como um todo tem uma única saída, posto que,

quando a própria existência da humanidade está em jogo, como de fato está neste ponto de uma crise sem precedentes na história humana, o único programa realmente praticável – em agudo contraste com a praticabilidade contraproducente de medidas manipulatórias que apenas agravam a crise – é o programa marxiano de reestruturação radical, “*de cima a baixo*”, da totalidade das instituições sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual, de “toda a maneira de ser” de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado (MÉSZÁROS, 2011, p. 1.008).

Contrariando a demagogia burguesa, a esperança que novas vozes ecoem e os trabalhadores, conscientes de sua função social, gritem como um trabalhador contemporâneo como Marx expôs,

A mercadoria que eu te vendi distingue-se da massa das outras mercadorias pelo fato de seu uso criar valor e, mais do que isso, um valor maior do que aquele que ela mesma custou. Foi por isso que a compraste. O que do teu lado aparece como valorização do capital, do meu lado aparece como dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria pertence não ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. A ti pertence, por isso, o uso de minha força de trabalho diária. Mas por meio do preço que a vendo diariamente eu tenho de reproduzi-la a cada dia, pois só assim posso vendê-la novamente. Desconsiderando o desgaste natural pela idade, etc., tenho de ser capaz de trabalhar amanhã com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição que hoje. Não cansas de pregar-me o evangelho da ‘parcimônia’ e da ‘abstinência’. Pois bem! Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, 392/1493 gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstenho-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável. Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho, eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é de $1/365 \times 30$, ou $1/10.950$ de seu valor total. Mas, se a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente $1/10.950$ em vez de $1/3.650$ de seu valor total; portanto, apenas $1/3$ de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente, $2/3$ do valor de minha mercadoria. Pagas-me pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias. Isso fere nosso contrato e a lei da troca de

mercadorias. Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência. Podes muito bem ser um cidadão exemplar, até mesmo membro da Sociedade para a Abolição dos Maus-Tratos aos Animais, e viver em odor de santidade, mas o que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate um coração. O que ali parece ecoar é o batimento de meu próprio coração. Exijo a jornada de trabalho normal porque, como qualquer outro vendedor, exijo o valor de minha mercadoria. (MARX, 2013, p. 308).

Nessa acepção, compreende-se que a contradição capital X trabalho possui os elementos necessários para a consolidação da demagogia burguesa, bem como da autoformação dos sujeitos pertencentes à classe trabalhadora, porquanto observam e compreendem a lógica da exploração e dos sentidos de resistência por condições melhores de trabalho, bem como por direitos.

Considerações finais

Considera-se que o investimento na busca de formar profissionais “capacitados” ao nível de compreender aquilo que a empresa exige é a pedra basilar nesse negócio lucrativo filantrópico. Como afirma Sergio Fajerman (2014), “fazer um treinamento é fácil, formar líderes é que é difícil”. Assim como o Itaú, o Bradesco tem a política de capacitar nos moldes mercadológicos os trabalhadores e os filhos deles. Ao fazer parte da equipe, cotidianamente, os funcionários são intimados a participarem de cursos e treinamentos que possibilitem uma maior forma de apropriação de seu trabalho pela empresa. As crianças e jovens na escola são formados sob a lógica de verem no empresariado um caminho de melhora em suas condições de vida. Possuir um raciocínio lógico matemático avançado e um anseio por descobrir estratégias de acúmulo de riquezas são estimulados rotineiramente. Tudo o que é necessário para gerar mais lucros será realizado pelo capitalista, sem medir esforços. No Banco Itaú há um financiamento, por exemplo, de parte da graduação e pós-graduação dos funcionários que se apresentem como atraentes para a empresa. Sergio Fajerman, na mesma entrevista citada acima, afirma que é reservada uma verba que, em 2013, foi de 23 milhões de reais e os executivos de cada área da empresa escolhem entre os funcionários aqueles que se destacam e devem receber o subsídio. No mesmo ano, 5.997 colaboradores foram contemplados. Os critérios para a seleção são baseados em entrega de resultados, potencial para crescer e interesse do profissional. Em média, a companhia banca 60% do valor total dos cursos. Além disso, o banco trabalha com redes de instituições de ensino que, em parceria, concedem descontos aos funcionários do Itaú, extra a escola de negócios fornecida pela empresa.

Destarte, no último quartel do século 20, a leva de oportunismos e empresas ditas “cidadãs” cresceram descontroladamente. À medida que a população começa a exigir novas estratégias e se rebela contra os efeitos de uma crise que apenas prejudica a classe trabalhadora, um incentivo ao empreendedorismo e as “cordas de salvação” sob a forma de organizações não governamentais e fundações se apresentam como saídas para sobrevivência em uma sociedade que caminha para a barbárie. É interessante como a mesma mão que dá assistência retira do trabalhador sua humanidade e o atira em um jogo competitivo contra seus próprios irmãos de classe.

Se, com o feudalismo, existia uma estagnação na condição social de seus integrantes, com o capitalismo foi dada esperança de mobilidade social, mas, como tudo tem um preço, para ascender é necessário lutar; e nessa luta quem mais são feridos são os trabalhadores. O estranhamento não fica somente na mercadoria produzida, mas na natureza do homem. A chave para o sucesso não se encontra mais apenas no conhecimento científico e tecnológico, mas na aplicabilidade destes conhecimentos no empreendedorismo e na proatividade.

A educação aparece nesse cenário como mais um campo a ser explorado pelo sistema capitalista; ela agora é vista como um investimento de longo prazo, mas que gera bons lucros. Apesar de ser um negócio cujo resultado somente pode ser colhido após anos de investimento, como assegura Dulany (*apud* IOSCHPE, 1997), para construir parcerias felizes é necessário tempo e exige esforços que conduzem a soluções sancionadas. Logo, a melhor forma de ideologizar e atacar os trabalhadores é fazer com que acreditem que o capital se preocupa com eles. A presença do “terceiro setor” na educação, a exemplo da Fundação Bradesco e da Fundação Itaú, no Brasil, é a prova disso. Todavia, como assevera Mészáros (2011), programas e instrumentos de ação sociopolíticos legitimamente compromissados com o social só podem advir pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu efetivo desenvolvimento pelos sujeitos do ato e do processo. Muitas organizações do “terceiro setor” escondem-se por trás das iniciativas da população, que, não tendo ninguém para socorrê-la, resolve chamar para si a responsabilidade de mudança do seu meio.

Referências

- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- IOSCHPE, E. B. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, L. Itaú investe R\$240 milhões na formação da equipe em 2 anos. **Exame**, São Paulo, 27 de março de 2014. Disponível em: <https://exame.com/negocios/itau-investe-r-240-milhoes-na-formacao-da-equipe-em-2-anos/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MÉSZÁROS, I. **O poder da Ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULA, A. S. N. **A política de educação superior nos governos petistas**: a inflexão da universidade ao capital. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/18084>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Submetido em 19 de julho de 2021.

Aprovado em 3 de setembro de 2021.